**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015-SR/DPF/RN**

(Processo Administrativo n° 08420.000930/2015-19)

1. **DO OBJETO**
   1. Contratação de empresa prestadora de serviços especializados, através de sistemas informatizados, da gestão da frota de veículos em uso na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, contemplando serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, através de rede de estabelecimentos credenciados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo 1 – Grupo Único - (Engloba os itens 01 a 03 – abaixo descritos):

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição (Materiais e Serviços)** | **Valor base** | **Percentual de desconto médio** | **Valor total estimado anual por item** |
| 1 | Serviços de manutenção de veículos | R$ 101.250,00 | 0 % | R$ 101.250,00 |
| 2 | Fornecimento de peças e acessórios para veículos | R$ 198.000,00 | 0 % | R$ 198.000,00 |
| **Item** | **Descrição (Taxa de Adm – gerenciamento – da frota)** | **Valor Base** | **% Taxa** | **Valor total estimado anual por item** |
| 3 | Serviço de Administração e controle (gerenciamento) da frota | R$ 299.250,00 | 2,67% | R$ 7.980,00 |
| **PREÇO GLOBAL (TOTAL DO GRUPO 1 - GRUPO ÚNICO – soma do total (última coluna) dos itens 1, 2 e 3)** | | | | R$ 307.230,00 |

* 1. Restará vencedora do certame uma única empresa, a que apresentar para o conjunto dos itens (o grupo 1 – único), o menor preço global.
  2. As licitantes, caso entendam possível, poderão propor descontos para os Serviços de manutenção e para o fornecimento de peças e acessórios, cujos percentuais de descontos, caso hajam, serão aplicados sobre o valor final faturado, tendo por base cada serviço e/ou fornecimento de peça/acessório.
  3. Para a taxa de administração, as licitantes deverão calcular o percentual a ser cobrado desta Administração (pelos serviços de gerenciamento), aplicando o percentual sobre o valor base. Eventual indicação de valor R$ 0,00 (zero reais) para a taxa indica que o percentual da taxa também será zero, nada cobrando a empresa pelo serviço de gerenciamento.

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. A prestação de serviços em gerenciamento eletrônico da frota do estado, abrangendo manutenções corretivas e preventivas, fornecimentos de serviços, peças, acessórios, transporte por guincho, borracharia, funilaria, pintura, lavagem e higienização é de ordem vital ao bom uso da frota pública, visando-se condições mínimas necessárias ao bom desempenho policial exigido.

2.2. Ainda no escopo da necessidade da prestação do serviço, inegável é que a manutenção tanto preventiva como corretiva visam, ainda, preservar a frota de veículos – sejam componentes do patrimônio ou veículos destinados ao uso do Órgão, bem como, em última análise, preservar a segurança dos servidores e demais usuários desses veículos, ações estas que se revestem, portanto, de natureza contínua e imprescindível para as atividades desta Superintendência Regional.

2.3. A contratação de serviços de gerenciamento de frota, com ampla cobertura regional e nacional, justifica-se pelo fato de que as diversas operações policiais efetivadas por esta Superintendência – quer como responsável ou em apoio, frequentemente suplantam os limites territoriais deste Estado do Rio Grande do Norte, estendendo-se pelas demais Unidades da Federação. Soma-se a isso o fato da frota de veículos da SR/DPF/RN ser composta por uma gama diversificada de marca, modelo, ano de fabricação, o que faz com que o contrato com uma única empresa não atenda de maneira satisfatória a demanda apresentada. Não obstante ao citado, a contratação pretendida oferece ao setor responsável condições de planejamento e adequação de peças e serviços, objetivando, com isso, uma redução de custos, atendendo aos princípios da eficiência e eficácia.

2.4. A estimativa do valor da contratação tomou como base o quantitativo anual gasto com os contratos vigentes de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, bem como os de transporte por guincho e lavagem de veículos.

1. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. O objeto da presente contratação enquadra-se na definição de serviço comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços serão executados por meio de recursos de tecnologia da informação, oferecendo controles globais e individualizados da utilização e dos gastos dos veículos, compreendendo:

4.1.1. Controle gerencial da utilização dos veículos, por meio de:

a) Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais globais e individualizados, demonstrando todos os dados referentes à utilização dos veículos;

b) Sistemas operacionais para processamento das informações nos equipamentos periféricos do sistema destinados à identificação dos veículos e terminais;

c) Equipamentos periféricos e cartões eletrônicos do sistema destinados aos veículos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo um cartão para cada veículo;

d) Processamento dos dados de quilometragem, custos – estes separando o relativo aos serviços daqueles relativos a peças/acessórios, identificação do veículo, identificação do portador e respectiva unidade de lotação, datas e horários de aplicação de insumos: tipos de lubrificantes, peças, componentes e serviços, manutenções, etc., a serem alimentados por meio eletrônico, com ou sem a participação humana;

e) Processo de consolidação de dados e de emissão de relatórios pela Internet.

4.1.2. Racionalização e controle de gastos com produtos e serviços aplicados aos veículos, incluindo:

a) Manutenção leve nos Postos de Atendimento, prevendo:

a1) Troca/Reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de pára-brisa;

a2) Troca/Reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento;

a3) Troca/Reposição do nível do óleo do motor; fluidos em geral;

a4) Serviço de conserto/troca de pneus;

a5) Serviço de lavagem parcial e/ou completa em automóveis leves, utilitários, motocicletas, van, caminhão de pequeno porte e ônibus;

a6) Serviço de aplicação de cera em automóveis leves, utilitários, caminhão de pequeno porte, van e ônibus;

a7) Serviço de troca de óleo lubrificante e filtros em veículos da frota.

b) Manutenção preventiva e corretiva:

b1) Serviços de manutenção mecânica/elétrica em:

- motor;

- sistema de I.E,

- sistema de alimentação e injeção a diesel;

- sistemas de transmissão manual, automatizada ou automática;

- sistema de direção assistida;

- sistemas de suspensões;

- sistema de freios;

- sistema de arrefecimento, ventilação e refrigeração;

- sistemas elétricos e eletrônicos em geral;

- sistema de escapamento;

b2) Serviço de funilaria, lanternagem, pintura e polimento em geral;

b3) Serviço de retífica (motor e componentes, discos de freios);

c) Alinhamento computadorizado, balanceamento, cambagem, convergências e caster:

c1) serviços de borracharia;

c2) serviços de desempeno de rodas.

d) Serviços de remoção de veículos (guincho), quando e se necessário.

* 1. Da forma de Execução dos Serviços

4.2.1. Os serviços compreendem a manutenção preventiva e corretiva e o fornecimento de peças e acessórios para os veículos em uso (pertencentes à frota ou com destinação de uso) da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

4.2.2. Os serviços contratados deverão ser executados de forma a permitir o controle gerencial da frota, observando-se, em especial, o seguinte:

4.2.2.1. Sistema de controle:

4.2.2.1.1. A CONTRATADA disponibilizará acesso ao sistema de controle de frotas em níveis solicitados pela Contratante;

4.2.2.1.2. Os Relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

a) Relação dos Veículos por marca, modelo, ano de fabricação e motorização;

b) Histórico das operações realizadas pela frota, contendo: data, horário, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor unitário, valor total da operação e saldo;

c) Quilometragem percorrida pelos veículos da frota;

d) Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela Contratante;

e) Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

f) Preço pago pelas peças/acessórios fornecidos e serviços de manutenção preventiva/corretiva dos veículos, de forma separada (materiais e serviços) e em conjunto;

g) Descritivo dos limites de crédito distribuídos aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;

h) Relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de peça ou serviço;

i) Relatório para conferência da nota fiscal, discriminando as peças fornecidas e os serviços prestados no período;

4.2.2.1.3. O sistema deverá possibilitar a consolidação de dados, permitindo o acesso aos mesmos e a emissão de relatórios na base de gerenciamento;

4.2.2.1.4. O sistema de gerenciamento de frotas deve ser via WEB - on-line, em tempo real, com funcionamento através do conceito de gestão por exceção, com base nos parâmetros operacionais da frota definidos pelo Gestor e deve permitir que sejam realizadas múltiplas cotações;

4.2.2.1.5. O sistema deve ser Restritivo/Informativo com os seguintes parâmetros: Serviços Liberados; Valor/Qtd do Serviço; Horas entre transações; Quantidade de transações por veículo; Fechamento de Rede (UF/Município). Todos os parâmetros restritivos e/ou informativos devem poder ser cadastrados via WEB pelo gestor da frota, definindo os parâmetros por veículo e a regra geral para toda a frota. O sistema deve ainda permitir a importação de relatórios gerenciais para planilhas em Excel.

4.2.2.1.6. A CONTRATADA deve oferecer medidas de contingência em caso de falta de eletricidade ou problemas de comunicação, que permitam a transação ser realizada através da URA (Unidade de Resposta Audível) ou SAC (Atendente), 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.2.2.1.7. O sistema deverá possibilitar o fracionamento da verba total prevista para o contrato, considerando o prazo total, em meses, previsto para o contrato, mais a sobra do mês anterior (nos meses seguintes ao início do contrato), devendo abater o valor no momento da aprovação do orçamento, para fins gerenciais.

4.2.2.2 Serviço de autogestão da manutenção:

4.2.2.2.1. O serviço de autogestão da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, por meio do sistema de controle integrado da manutenção disponibilizado pela CONTRATADA, compreendendo o atendimento à orçamentação dos materiais e serviços ofertados pelos estabelecimentos credenciados, e ainda:

a) Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação do veículo, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis;

b) Processo de consolidação de dados e de emissão de relatórios pela Internet;

c) As chamadas para realização das manutenções preventivas programadas devem ser realizadas por quilometragem atingida, abrangendo, principalmente, veículos em garantia de fábrica;

d) Os avisos das chamadas para realização das manutenções preventivas devem ser enviados via endereço eletrônico (e-mail);

e) Os avisos para análise/aprovação das cotações/ordem de serviços solicitados devem ser enviados via endereço eletrônico (e-mail);

f) A captura dos dados dos veículos e dos condutores deve ser feita através de cartão com tarja magnética e via rede telefônica;

g) Os cartões magnéticos devem ser para identificação dos veículos e os condutores devem ser identificados através de senha individual;

h) O sistema deve permitir a identificação dos serviços que cada fornecedor está capacitado a executar através de cadastro de especialidades, assim como históricos de manutenção para auxiliar futuras negociações;

i) O sistema deve permitir o controle de garantia de peças e mão-de-obra, alertando para esta garantia e informando o item e a oficina que devem atender a esta garantia.

4.2.2.3. Rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção:

4.2.2.3.1. A CONTRATADA deverá credenciar rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos, inclusive concessionárias dos fabricantes, nas capitais e nos interiores dos estados – quando possível – portanto, rede nacional, devendo atender os seguintes requisitos:

a) Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA;

b) Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos junto às oficinas credenciadas;

c) Em caso de veículo dentro da garantia de fábrica, a CONTRATADA deverá, caso possível, cadastrar Concessionárias Autorizadas para a execução dos serviços. Em havendo mais de uma na região de localização desta Superintendência, será proporcionada a livre concorrência, como ocorre com os veículos fora de garantia;

4.2.2.3.2. Para a execução dos serviços técnicos de manutenção da frota dos veículos da CONTRATADA, a empresa a compor a rede credenciada da CONTRATANTE, preferencialmente, deve dispor dos seguintes requisitos mínimos abaixo especificados, salvo no interior onde não haja rede com capacidades exigidas:

a) Possuir microcomputador, impressora e conexão à Internet, possibilitando a operacionalização dos serviços via sistema;

b) Disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados preferencialmente de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;

c) Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores;

d) Dispor de ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;

e) Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção.

4.2.2.3.3. Também deverão ser credenciadas empresas especializadas na remoção de veículos (serviços de guincho), visando a adequada remoção/transporte de veículos componentes da frota em uso, quando e se necessário.

4.2.2.4. Prestação dos serviços pelas oficinas credenciadas:

4.2.2.4.1. As oficinas credenciadas deverão:

a) Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;

b) Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;

c) Devolver os veículos para as unidades descentralizadas em perfeitas condições de funcionamento, estando limpos interna e externamente;

d) Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que aprovado previamente;

e) Utilizar somente peças, materiais e acessórios novos e originais do fabricante, salvo solução técnica comprovadamente melhor, inclusive em termos de custo/benefício, mediante aprovação da contratante;

f) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Contratante;

g) Fornecer em seu orçamento a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, para aprovação de cada unidade descentralizada;

h) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;

i) Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do Setor de Transporte da SR/DPF/RN;

j) Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor ou Comissão especialmente designado(s) pela autoridade competente da Contratante;

k) Receber e fazer a inspeção dos veículos na chegada e saída da oficina;

l) Enviar à unidade requisitante, pela internet, por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a descrição de peças, materiais, serviços com os tempos de execução em horas centesimais e preços líquidos;

m) Executar os serviços, se autorizados, mediante o recebimento pela internet da Ordem de Serviço expedida pela unidade requisitante, por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, ou conforme orientações dos Setores de Transporte;

n) Disponibilizar profissionais qualificados para os serviços prestados;

o) Responder civil e penalmente pelo descumprimento de quaisquer disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços objeto da contratação.

1. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
   1. A frota da Unidade é composta pelos seguintes veículos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUANTIDADE** | **DESCRIÇÃO** | **ANO** |
| 7 | Renault Sandero 1.6 | 2015 |
|  |  |  |
| 3 | Renault Fluence 2.0 | 2015 |
| 5 | MMC Triton | 2015 |
| 3 | FIAT Bravo Essence 1.8 16v | 2015 |
| 1 | MMC Pajero Dakar | 2015 |
| 1 | MMC Pajero Full GPI | 2014 |
| 1 | FIAT Gran Siena 1.6 16v | 2014 |
| 1 | Pajero Full Blindada IIIA | 2014 |
| 4 | FORD Focus 2.0 | 2013 |
| 2 | MMC Pajero Dakar | 2013 |
| 1 | VW Amarok | 2013 |
| 2 | Gran Siena 1.6 16v | 2013 |
| 2 | MMC Pajero Dakar | 2012 |
| 1 | VW Gol Trend 1.6 | 2012 |
| 5 | MMC L200 | 2012 |
| 1 | VW Saveiro Trend 1.6 | 2012 |
| 1 | FIAT Palio Week 1.616v | 2012 |
| 1 | GM Celta Spirit 1.0 | 2011 |
| 1 | Suzuki GSX F 650 | 2011 |
| 1 | Hiunday I30 2.0 | 2011 |
| 1 | FIAT Doblò Cargo 1.8 | 2010 |
| 2 | MMC L 200 Outdoor | 2009 |
| 5 | MMC L 200 | 2009 |
| 2 | GM Astra Adv 2.0 | 2009 |
| 5 | Toyota Corolla XLI 1.8 | 2009 |
| 7 | FORD Focus 2.0 | 2009 |
| 1 | Masterbus 16 DCI | 2009 |
| 1 | Honda City | 2009 |
| 4 | GM Astra Adv 2.0 | 2008 |
| 4 | MMC L 200 | 2008 |
| 1 | MMC L 200 Outdoor | 2008 |
| 1 | Renault Megane | 2008 |
| 1 | VW Polo Hatch 1.6 | 2008 |
| 1 | Nissan X terra | 2007 |
| 2 | GM Astra Adv 2.0 | 2007 |
| 1 | LR Freelander II | 2007 |
| 1 | Honda Civic EXS | 2007 |
| 1 | Hilux SRV | 2007 |
| 1 | VW Polo Sedan 1.6 | 2007 |
| 1 | Toyota SW4 | 2006 |
| 1 | GM Classic 1.6 | 2005 |
| 2 | Nissan Frontier SE | 2005 |
| 1 | FIAT Strada 1.4 | 2005 |
| 1 | VW Golf 1.6 | 2005 |
| 1 | MMC Pajero TR4 | 2004 |
| 1 | VW Polo Sedan 1.6 | 2003 |
| 1 | Yamaha XT 660 R | 2005 |
| 1 | Honda CB 500 | 2004 |

1. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
   1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades e qualidades necessárias à boa execução do serviço (gerenciamento e manutenção corretiva/preventiva).
2. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO** 
   1. A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.
   2. Os serviços serão considerados recebidos provisoriamente no momento em que se der a entrega do veículo submetido à manutenção, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. A Contratada terá o prazo máximo de 02(dois) dias corridos para serviços de borracharia, 07 (sete) dias corridos para a realização dos serviços de mecânica, elétrica/eletrônica, hidráulica, acessórios, higienização e polimentos e 15 (quinze) dias para os serviços funilaria e pintura.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade das remoções efetuadas, com a consequente aceitação.

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

8.6. Estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade, ou sob uso judicial autorizado, locado ou em trânsito, um limite de valor, que não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa da Contratante.

8.7. Fornecer à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, e manter atualizado o cadastro completo dos veículos, motoristas e condutores autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

a) Tipo da frota (própria, terceiros, locada, autorizada judicialmente, etc); b) Número da frota; c) Placa; d) Chassi; e) Marca; f) Tipo; g) Motorização; h) Capacidade de carga; i) Combustível (gasolina, diesel, álcool); j) Lotação – Órgão / cidade / código do centro de custos; k) Capacidade do tanque; l) Matrícula do gerente responsável pelo veículo; m) Hodômetro; n) Nome, matrícula e lotação dos motoristas e condutores autorizados.

8.8. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, em dois níveis: o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e o de usuário (apenas com acesso a relatórios), bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos.

8.9. No caso de extravio ou danos ao cartão destinado ao veículo, requerer à CONTRATADA a emissão de um novo para o respectivo veículo.

8.10. Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos, em caso de alienação ou retirada dos mesmos da frota de veículos credenciados, devolvendo os cartões à CONTRATADA, no prazo de 5 dias após o cancelamento do cartão.

8.11. Informar imediatamente à CONTRATADA, o furto, roubo ou extravio do cartão destinado ao veículo.

8.12. Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões destinados aos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e/ou ações oriundas da utilização indevida dos mesmos.

8.13. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão do sistema destinado ao veículo.

8.14. Requisitar, no mínimo, 3 (três) orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a descrição de peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, e autorizar a execução na oficina com o menor orçamento.

8.15. Será dispensada a apresentação dos orçamentos em situações emergenciais, desde que devidamente justificadas.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

* 1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
  2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
  4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
  5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
  6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
  7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
  8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
  9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
  10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
  11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
  12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.16. Implantar no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, os serviços objeto deste Termo de Referência.

9.17. Os trabalhos da CONTRATADA referidos no item anterior compreendem:

a) Cadastramento inicial dos veículos e usuários;

b) Estudo da logística da rede de atendimento;

c) Estrutura de gestão;

d) Implantação dos sistemas tecnológicos;

e) Treinamento de usuários.

9.18. Tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, treinar os portadores dos instrumentos periféricos do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los quanto à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

9.19. Orientar todos os empregados envolvidos nos serviços das viaturas sobre a responsabilidade intrínseca no trato das informações das mesmas, uma vez que se trata de cliente da área policial, sendo que o sigilo dos dados obtidos é condição indispensável na execução dos serviços, sob pena de responsabilização criminal de quem se utilizar dos dados das viaturas para fins outros, escusos, que não somente aqueles de registro dos serviços de manutenção e troca de peças efetuados, no sistema de controle.

9.20. Possuir, nos municípios onde a CONTRATANTE mantém unidade, rede credenciada com capacidade de operação, comprometendo-se em elaborar um estudo logístico que garanta a plenitude das atividades operacionais das suas frotas.

9.21. Autorizar a realização dos serviços junto às oficinas credenciadas, logo após aprovação do orçamento pela CONTRATANTE.

9.22. Reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor constante do orçamento previamente aprovado e efetivamente despendido, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos, que é de total responsabilidade da CONTRATADA.

9.23. Sempre que houver necessidade, a CONTRATADA deverá ampliar e disponibilizar a rede oficinas credenciadas, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE.

9.24. Responsabilizar-se, integralmente, pelas viaturas recebidas, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nelas contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto, roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega à CONTRATANTE.

1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será permitida a subcontratação dos serviços de gerenciamento, objeto deste do Contrato.
2. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
3. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
   5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
   10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
4. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
      3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
      4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Natal, 03 de março de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**BRENO FERREIRA BENEVIDES**

Agente de Polícia Federal

NUTRAN/SR/DPF/RN

Aprovo este Termo de Referência:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**KANDY TAKAHASHI**

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional - SR/DPF/RN